



Boletim informativo

Curitiba, 09 de outubro de 2012.

Nesta edição

1. Número de expedientes	2
2. Pré-cadastro de recursos	2
3. Audiência pública para definir a ordem das serventias	2
4. Novo desenho das Seções Judiciárias no Paraná	3
5. Sistema "Sessão Digital"	3
6. Corregedores dão ênfase às ações de improbidade e contra a administração pública	4
7. Restabelecimento do ATS	4
8. Comissão de Tecnologia do ENCOGE	4
9. O futuro da Justiça	5
10. Necessidades e imagem do Judiciário	5
11. Primeira APAC é lançada no Paraná	6
12. Videoaula em DVD sobre Infância e Juventude	6
13. Escolta armada recebe regulamentação	6
14. Eleições no TJPR	7
15. Conhecendo a Corregedoria	7
16. Calendário de Correições	7
17. 17 anos de falecimento do Corregedor Des. Negi Calixto	9
18. Corregedoria de São Paulo promove o Seminário "Ética para o juiz, um olhar externo"	11

Mensagem da Corregedoria-Geral da Justiça

Caros colegas,

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2012, a OAB/PR promoveu o Seminário "O futuro da Justiça", que reuniu vários juristas e foi uma ótima oportunidade de debater problemas e alternativas.

Uma das palestrantes, a cientista política Maria Tereza Aina Sadek, da FGV, pesquisadora do Judiciário com mais de 20 obras sobre o assunto, pontuou que nenhum outro tipo de prestação de serviços tem mais demanda no Brasil, atualmente, do que o Judiciário.

Assinalou que em 2003 havia 1 processo para cada 10 habitantes; em 2010, essa proporção era de 1 processo para cada 2 habitantes. E continuava crescente.

O Judiciário precisa fazer o seu diagnóstico e decidir como enfrentar essa demanda industrial de ajuizamento de ações, já que a resposta jurisdicional há de ser sempre artesanal.

Confira mais sobre o tema neste boletim, no item 10 e fique a par do que de mais relevante aconteceu no mês de setembro.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

"Se o homem há de viver na fé que inspirar aos seus concidadãos, o primeiro, o maior, o mais inviolável dos deveres do homem público é o dever de verdade: verdade nos conselhos, verdade nos debates, verdade nos atos; verdade no governo, verdade na tribuna, na imprensa e em tudo verdade, verdade e mais verdade."

(Ruy Barbosa)



1. Número de expedientes

Foram autuados na Corregedoria **436** processos novos, no mês de setembro. Para o Corregedor-Geral foram encaminhados **708** processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, **457**. Foram proferidas **851** decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e **275** pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados **08** feitos pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor da Justiça, **07**.

2. Pré-cadastro de recursos

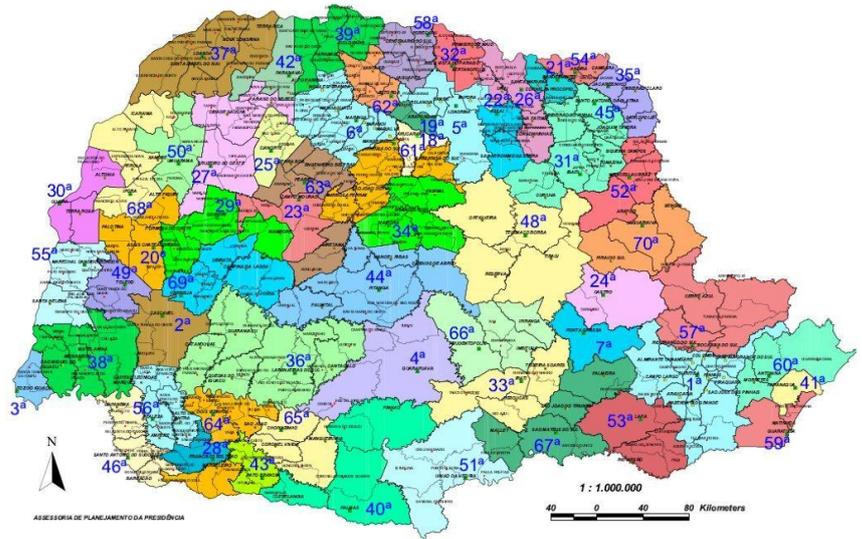


A Corregedoria da Justiça disciplinou, pelo Provimento nº 231, o pré-cadastro das apelações cíveis e dos reexames necessários destinados ao Tribunal de Justiça, a ser feito pelo escrivão ou diretor de secretaria. Com esta providência, a tendência é que o número de recursos que dependem de cadastramento pelo Departamento Judiciário se reduza sensivelmente. Por ora, a determinação não abrange a matéria penal.

3. Audiência pública para definir a ordem das serventias

O Presidente da Comissão de Concurso, des. Espedito Reis do Amaral, determinou a publicação de edital com a relação geral dos serviços notariais e de registros vagos no Estado do Paraná. A audiência foi para definir a ordem em que as serventias coincidentes em datas de vacância e de criação, entrarão na relação geral, que definirá a seguir 2/3 de provimento por concurso de ingresso e 1/3 de provimento por concurso de remoção.

4. Novo desenho das Seções Judiciárias no Paraná



Em face da elevação de onze Comarcas à entrância final, e como o CODJ permite que os respectivos magistrados sejam promovidos (quando preencherem os requisitos para tanto) e optem por permanecer na unidade jurisdicional da qual são titulares, vislumbrou-se a possibilidade de algumas unidades permanecerem por longo tempo sem titular, pela necessidade de republicação daqueles editais em que houver essa opção, com a renovação de todo o procedimento, por número imprevisível de vezes.

Para minimizar esse problema, a Presidência do Tribunal fez estudo e elaborou a Resolução nº 61/2012, do Órgão Especial, de 10 de setembro, que permite a votação das promoções, em rodadas sucessivas, na mesma sessão, até o efetivo preenchimento da vaga, obedecendo-se à alternância de critérios.

5. Sistema “Sessão Digital”



A Resolução nº 60, de 3 de setembro, autoriza a utilização do sistema “Sessão Digital” para movimentação dos recursos, inicialmente na 3ª Câmara Cível e depois, nas Câmaras que solicitarem.

Deste modo, a movimentação interna dos recursos entre os gabinetes e seus respectivos julgamentos, monocráticos ou colegiados, se fará pelo sistema digital.



6. Corregedores dão ênfase às ações de improbidade e contra a administração Pública

No último ENCOGE, foi aprovada uma diretriz (a de nº 16) segundo a qual, nas correições, os corregedores verificarão se as ações cíveis de improbidade administrativa e as ações penais contra a administração pública estão tendo celeridade, condizente com o propósito de combate à corrupção.

Em todo o país, as corregedorias estão dando especial atenção a essa questão.

Para saber mais, acesse a carta de recomendações do último ENCOGE, clicando [aqui](#).



7. Restabelecimento do ATS

O Colégio de Corregedores encampou a luta pelo restabelecimento do pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e toma como base o estudo feito pelo conceituado Instituto Prof. Rainoldo Uessler, a pedido da Associação dos Magistrados Catarinenses-AMC, cujo teor você pode conhecer clicando [aqui](#).

O pleito passa necessariamente por debate e convencimento dos parlamentares e da sociedade, em torno da conveniência de sua implementação.



8. Comissão de Tecnologia do ENCOGE

Criada em Foz do Iguaçu, em abril de 2012, a Comissão de Tecnologia do Colégio de Corregedores tem funcionado a pleno vapor e será certamente, a grande responsável por uma uniformização administrativa de procedimentos, na área das Corregedorias, e de um nivelamento tecnológico, para auxiliar as corregedorias mais deficitárias a melhorar os seus padrões de controle de desempenho dos magistrados e servidores.

Há vários grupos de trabalho com atividades conjuntas, desenvolvendo tarefas e em 17 de outubro o Grupo IV, de assessores de informática, reunir-se-á em Florianópolis para avaliar qual o melhor sistema para ser adotado em âmbito nacional, com o objetivo de promover a integração do conhecimento técnico entre as Corregedorias, com a indicação de software para uso comum, pelos Coordenadores dos Grupos Regionais.

ENCOGE - Encontro da Comissão da Tarefa IV





Foto tirada por Franklin de Freitas



9. O futuro da Justiça

O seminário “O futuro da Justiça” apresentou ainda exposições de Joaquim Falcão, Friedmann Anderson Wendpap, Teresa Celina Arruda Wambier e Roberto Romano.

Houve consenso no sentido de ampliar o acesso à justiça mediante as resoluções alternativas de conflito, que não envolvem apenas o Judiciário, mas abrangem a Defensoria Pública, o Ministério Público, a advocacia pro bono, a mediação e outros métodos.

É preciso investir mais nos Juizados e no processo eletrônico.

Friedmann Wendpap assinalou que o processo eletrônico eliminou 2/3 do tempo gasto no processo (aquele referente às intimações, certificações, idas e vindas ao cartório etc.) restando o tempo de 1/3, que constitui o gasto na inteligência, na resolução do problema propriamente dito.

Portanto, no tempo em que o juiz fazia um processo, no sistema tradicional, agora ele tem de fazer três.

Os tribunais têm de aparelhar o juiz para isso.

10. Necessidades e imagem do Judiciário

Além da criação de novas Varas e Comarcas, o Tribunal de Justiça do Paraná está investindo na estrutura do gabinete do juiz (com assessoria especializada), na descentralização dos fóruns, para que o juiz fique mais perto do cidadão e na estrutura mínima de servidores para cada unidade judicial, de acordo com a sua especificidade.

Os estudos para este último assunto iniciaram-se há quatro meses e estão em fase de conclusão.

Esse foi exatamente o resultado das necessidades do Judiciário a que chegaram juízes e conselheiros do CNJ, em reunião realizada em Recife, em 1º de outubro.

Outra proposta para a valorização da Magistratura foi qualificar melhor servidores e juízes, fortalecendo as Escolas da Magistratura e de Servidores, outra proposta que o TJPR tem em pauta.

Por fim, o encontro de Recife entendeu que há de existir um Banco de Boas Práticas (já existente no TJPR) e que todo tribunal tem de ter uma eficiente Assessoria de Comunicação Social, como área estratégica do Plano Administrativo de governo, para dar visibilidade às suas ações. Confira mais clicando [aqui](#).



11. Primeira APAC é lançada no Paraná



Como parte do projeto de reorganização sistêmica da execução penal no Estado do Paraná, a iniciativa do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Estado da Justiça ganhou contornos concretos na assinatura da instalação da primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, a APAC, em Barracão, no dia 26 de setembro, graças ao empenho da juíza Branca Bernardi.

O programa segue o modelo que teve bastante êxito no Estado de Minas Gerais e tem como intuito a ressocialização dos apenados, via cursos educativos e também através de oportunidades de emprego, diminuindo a reincidência criminal.

Outras Comarcas estão igualmente preparando a instalação de APACS. Veja mais sobre esse assunto clicando [aqui](#).

Clique [aqui](#) para mais informações sobre a primeira APAC ou clique na imagem para ver o vídeo.

12. Videoaula em DVD sobre Infância e Juventude



Foi lançado no dia 04 de outubro, em DVD, videoaula, dirigida aos profissionais da área da Infância e Juventude, com a duração de uma hora e que aborda diversos aspectos do cotidiano de uma Vara dessa natureza.

O vídeo contém a palavra de diversos magistrados e técnicos, abordando cada qual uma área específica da sua atuação profissional.

Idealizado pelo Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude, presidido pelo Des. Fernando Bodziak, o DVD é aberto com a palavra do Presidente do TJPR, Des. Miguel Kfourri, que mais uma vez reafirmou o compromisso do TJPR em dotar de adequada estrutura todo o primeiro grau de jurisdição.

13. Escolta Armada de Presos recebe normatização

Os Secretários de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e da Segurança Pública do Estado do Paraná firmaram, no dia primeiro de outubro do corrente ano, a Resolução Conjunta nº 010/2012, que regulamenta a escolta armada para apresentação em audiência de presos ou internos, implantados nas Unidades Prisionais ou Complexo Médico Penal.

Para maiores informações, veja o Ofício-Circular nº 93/2012 expedido pela Corregedoria clicando [aqui](#).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Realizações da Administração do TJPR

Biênio 2011/2012

Infraestrutura

Recursos Humanos

Ações

Sistemas

Curitiba, 3 de outubro de 2012

14. Eleições no TJPR

Até o dia 11 de outubro estarão abertas as inscrições para aqueles que desejarem concorrer aos cargos de administração do TJPR, nas eleições que ocorrerão no dia 12 de novembro.

Como um dos elementos de informação para o plano de governo dos candidatos, que estarão apresentando suas propostas de trabalho, a Corregedoria elaborou – com a ajuda dos demais membros da cúpula e de diretores de alguns Departamentos - uma síntese das principais realizações da atual administração, que pode ser visualizada clicando [aqui](#).

15. Conhecendo a Corregedoria

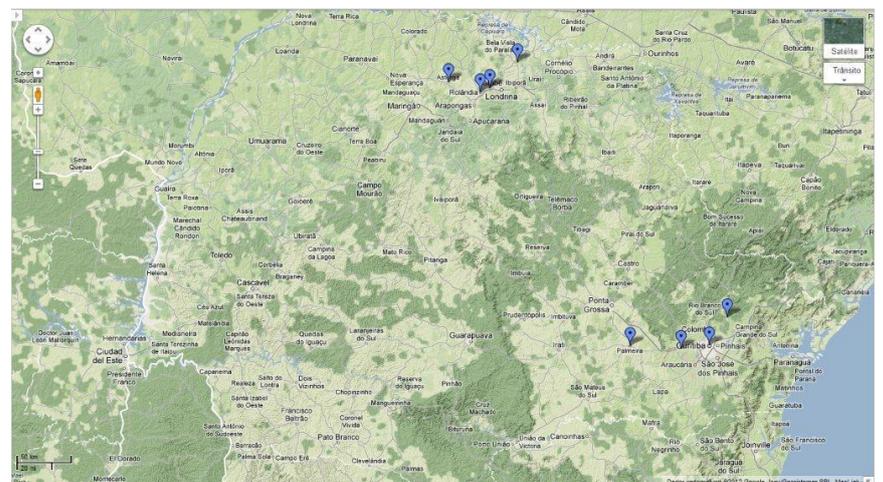
Passamos a fornecer informações sobre o Chefe da Divisão de Apoio ao Conselho da Magistratura, Jorge Pflanzler Prokop. Bacharel em Direito pela PUC/PR, campus São José dos Pinhais, em 2004. cursou a Escola da Magistratura do Paraná em 2005. Funcionário do Tribunal de Justiça desde novembro de 1996, foi lotado no Departamento da Corregedoria em fevereiro de 2005, tendo já exercido a função de Chefe da Divisão de Concursos.

Também exerceu funções junto ao setor de reclamações da Corregedoria-Geral e, atualmente, exerce as funções de Chefe da Divisão de Apoio ao Conselho da Magistratura.

16. Calendário de Correições

No mês de **setembro**, foram realizadas a Correições indicadas abaixo:

SETEMBRO 2012						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						



Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Judicial

12/09/12 – 1ª VEP, 13ª Vara Cível e 14ª Vara Cível.

26/09/12 – 2ª VEP, 15ª Vara Cível e 16ª Vara Cível.

Foro Extrajudicial

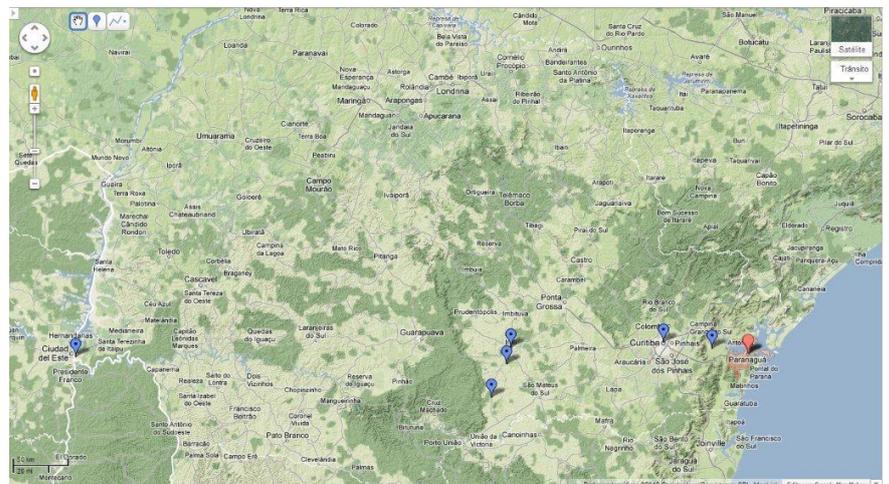
11 e 12/09/12 – 2º Tabelionato de Protesto
26/08/12 – Distrital do Taboão

Interior (Foros judicial e extrajudicial)

04/09/12 – Bocaiúva do Sul
05 e 06/09/12 – Campo Largo
14/09/12 – Palmeira
17/09/12 – Rolândia
18/09/12 – Sertanópolis
19/09/12 – Cambé
20 e 21/09/12 - Astorga

Para o mês de **outubro** estão previstas Correições indicadas abaixo:

OUTUBRO 2012						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			



Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Judicial

10/10/12 – 17ª Vara Cível, 18ª Vara Cível e 19ª Vara Cível.
24/10/12 – 20ª Vara Cível, 21ª Vara Cível e 22ª Vara Cível.

Foro Extrajudicial

09 e 10/10/12 – 1º Tabelionato de Notas
23 e 24/10/12 – Distrital do Portão

Interior (Foros judicial e extrajudicial)

01/10/12 – Mallet
02/10/12 – Teixeira Soares
03/10/12 – Rebouças
04 e 05/10/12 – Irati
15 a 19/10/12 – Foz do Iguaçu
29/10/12 – Morretes
30/10/12 – Paranaguá

Clique [aqui](#) para saber mais sobre o calendário de correições e inspeções.

“Não digo, como tenho ouvido dizer, que a excessiva inteligência seja nociva ao juiz. Digo apenas que o ótimo juiz é aquele em quem, sobre a cauta intelectualidade, prevalece a intuição humana. O sentimento da justiça, pelo qual, conhecidos os fatos, logo se sabe de que lado está a razão, é uma virtude inata, que nada tem que ver com a técnica do direito. O mesmo sucede na música, em que a maior inteligência não pode suprir a falta de ouvido.”

(Ruy Barbosa)

17. 17 anos de falecimento do Corregedor Des. Negi Calixto

O Paraná perdeu, em 9 de outubro de 1995, um homem cuja vida ainda será lembrada por muitas gerações como exemplo de um homem de bem, de um grande Juiz. O Desembargador Negi Calixto foi surpreendido em sua casa por um fulminante ataque cardíaco. Quando a notícia correu, a consternação foi geral. Era difícil crer que um homem com tantos planos, tantos sonhos, com um espírito sempre tão empreendedor, não estivesse mais entre nós. No sepultamento, o Ministro de sua Igreja disse uma frase que resumiu o nosso pensamento: o Desembargador Negi não exerceu uma profissão, ele realizou uma vocação.

Nascido em Pinhalão, no interior do Paraná, nos seus 32 anos de magistratura, o Des. Negi galgou praticamente todas as posições da carreira, tendo iniciado como Juiz Substituto em 1963 na Comarca de Paranavaí e, depois de passar por várias Comarcas, chegar ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça, vindo a ser o Corregedor Geral da Justiça no biênio 93/94. Faltava-lhe apenas exercer o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça, meta que se antevia próxima de atingir, dada a sua grande liderança e a estima que gozava entre os seus pares.

Foi durante os dois anos em que viajamos juntos, a serviço da Corregedoria da Justiça, ele como Corregedor e eu como um dos seus Juízes Auxiliares, ao lado dos hoje Desembargadores Nilson Mizuta e Lauro Laertes de Oliveira, que aprendemos a conhecer a pessoa maravilhosa que foi o Des. Negi Calixto.

Dono de uma personalidade rica, cativante, generosa, sabia, como ninguém, fazer amigos e conservá-los. Dava atenção a todos e ouvia os seus queixumes, procurando sempre encontrar uma solução para diminuir a aflição dos seus semelhantes.

Desenvolveu um estilo próprio de fazer correição. Gostava de conversar muito com o Juiz e os serventuários, auscultando-lhes as dificuldades, as preocupações e ocupando-se muito mais em orientar, em ajudar, em corrigir quando preciso sem que isso viesse a ferir a dignidade da pessoa.

Jamais perdia a paciência. Era exigente no serviço e perseguia a perfeição, mas fazia isso sem

precisar repreender os seus auxiliares, dando ele o exemplo de objetividade, de operosidade, de estudo constante, de pesquisa científica, de rigor técnico e jurídico.

Todos que com ele trabalhávamos nos sentíamos estimulados a produzir, a criar, a dar o melhor de cada um exatamente porque ele era o primeiro a exemplificar a persistência, criatividade, imaginação, e a pura vocação para a missão de Juiz de Direito.

Com o “Código de Normas” da Corregedoria, iniciado na gestão do Des. Henrique César e concluído na sua gestão, o Des. Negi Calixto deixou o marco do seu incansável trabalho de aperfeiçoamento e consolidação das normas atinentes ao serviço do foro judicial e extrajudicial, roteiro seguro de todos os procedimentos da atividade judiciária.



Incentivou a criação da Escola de Serventuários e estimulou os cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, de Juízes e servidores, feitos na época pela Escola da Magistratura. Na sua gestão, os funcionários da Justiça tiveram nele um Corregedor preocupado com a união da classe e com a melhoria das condições de trabalho.

Grande responsável pela transformação que se operou nos serviços judiciários do Paraná, naqueles anos, pelo grande incentivo que deu à desburocratização e à informatização dos cartórios e gabinetes, ele porém se confessava incapaz de se separar de sua velha máquina de escrever, com a qual tinha uma relação de profunda sintonia e na qual, no silêncio do seu escritório em casa, lavrava acórdãos que marcaram, pela larga visão, precisão de conceitos e adequada solução.

Privava da amizade e da intimidade de quase todos os literatos, os grandes juristas, os homens de letras, do nosso País. É o patrono da cadeira nº 34 da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Mesmo assim, era humilde. Não gostava de afrontar as pessoas e por isso dificilmente demonstrava o seu vasto conhecimento.

O Ministro Milton Luiz Pereira, ao discursar de improviso no dia 10 de novembro de 1995, no Superior Tribunal de Justiça, ao noticiar o infausto acontecimento, disse que a morte havia levado “um apóstolo da justiça moderna”.

Seu senso prático fazia com que mais escutasse que falasse e sua sensibilidade permitia que entendesse tudo o que se passava, mesmo aquilo que o seu interlocutor não tinha dito senão nas entrelinhas. Avesso a discursos, eliminou as solenidades de abertura e encerramento de correições, indo direto ao serviço. Quando, porém, era chamado a falar, discorria sem afetação, com clareza e precisão, colocando na sua fala, acima de tudo, os sentimentos de amor e gratidão pela vida e procurando incentivar a todos para que, através do trabalho bem desenvolvido, reverenciassem a Deus todos os dias. A sua religião lhe constituiu um grande sustentáculo, um manancial inesgotável de força e retidão com que procurou pautar a sua conduta, mesmo nos momentos mais difíceis.

Seus alunos, nos cursos de Bacharelado em Direito da UFPR sabem dizer de sua maneira fácil e didática de se comunicar e transmitir os ensinamentos. Aluno incansável, arranjava tempo de se pós-graduar porque sabia que todo homem, por mais estudado, tem sempre muito a aprender. Concluiu o mestrado e estava cumprindo as disciplinas de doutoramento. Escreveu

várias obras, todas elas revelando a sua preocupação com o aprimoramento constante e com o rigor científico. Sabia da transitoriedade das glórias humanas e por isso delas não fazia conta. Pedia sempre que não lhe fizessem homenagens. Não gostava de receber títulos. Sabia que o homem é que dignifica o cargo e não o cargo que eleva o homem.

Chefe de família exemplar, mantinha à sua volta os seus afetos, sua inseparável companheira D. Violette, seus filhos, noras, genro, netos e demais familiares, com os quais privava de momentos de grande alegria e respeito, fosse em sua casa, sempre cheia de amigos ou na chácara em Quatro Barras que era um recanto em que ele se sentia muito bem. Seus filhos retratam bem a vida deste grande homem. São frutos que caíram próximo da árvore. Todos foram criados na forja do trabalho, do estudo, da ocupação útil, irmanados num sentimento de união e respeito, que é o legado dos seus ancestrais e que lhes foi transmitido por seus pais. O Des. Negi Calixto marcou a história do Judiciário do Paraná.

*“Antes que desça a noite,
imprimir na retina
os rostos amados,
o sol, as cores
o céu de outono
e os jardins da primavera.*

*Conquistar
os pontos culminantes
da vida,
antes que se esgote
o prazo de permanência
em seu território sagrado”
(Helena Koloky)*

18. Corregedoria de São Paulo promove o Seminário: “Ética para o juiz, um olhar externo”



Idealizado pelo Corregedor-Geral da Justiça de São Paulo, Des. José Renato Nalini, realizou-se no dia 28 de setembro, nas dependências da Escola Paulista da Magistratura, o seminário “Ética para o juiz, um olhar externo”, que contou com a participação de renomados expositores. A ideia era saber o que pensam dos juízes os intelectuais da mais alta estatura, no país. A iniciativa do corregedor foi bastante aplaudida e apoiada.

Confira esse e vários outros vídeos de aulas magnas no site da APAMAGIS: <http://www.apamagis.com.br/videos/>

Fonte:

<http://www.epm.tjsp.jus.br/Internas/NoticiasView.aspx?ID=15861>

Ano 2012 – Nº 10

Publicação Eletrônica Mensal da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Des. Noeval de Quadros, Corregedor-Geral da Justiça.

Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, Corregedor da Justiça.

Coordenação e Edição: Lenir Stival Possenti,
Simone Ribeiro Gama Triches,
Hayton Lee Swain Neto e
Maria Helena Marcon.
